

A última oportunidade de reabilitação do governo

O presidente José Sarney passou grande parte do dia de ontem em consultas com seus ministros e assessores políticos para definir os nomes dos novos ministros da Indústria e do Comércio, da Reforma Agrária e da Ciência e Tecnologia, e o novo governador do Distrito Federal. Com isso vai completar mais uma alteração no Ministério da "Nova" República, provocada pela saída dos ministros ulyssistas e pela morte de José Hugo Castelo Branco, e iniciada na semana passada com a transferência do governador de Brasília para o Ministério da Cultura.

09 AGO 1988

É com desalento que recebemos e comentamos essas informações: o presidente José Sarney perdeu mais uma oportunidade para começar uma reforma administrativa para valer na máquina estatal, para que ela possa cumprir seu papel na recuperação da economia brasileira na próxima década. E jogou fora outra chance de passar para a História como o governante que consolidou o desenvolvimento econômico e a democracia no Brasil. Com uma inflação de 24% ao mês, provocada basicamente pelo imenso déficit do setor público, e com os investimentos produtivos praticamente paralisados, como advertiu esta semana o prestigioso jornal norte-americano Washington Post, a estabilidade das instituições democráticas estará sempre sob ameaça.

Dos ministérios que vagaram nos últimos dias, Sarney poderia tranqüilamente ter-se livrado de três deles. Só o MIC cumpre funções relevantes, embora necessite também de um enxugamento. Cultura, Reforma Agrária e Ciência e Tecnologia foram criados por Tancredo Neves com objetivos exclusivamente políticos, para atender sua clientela eleitoral ou acomodar no poder as forças partidárias que o apoiaram; esses órgãos, em termos administrativos, têm-se revelado absolutamente inúteis. O presidente Sarney, no entanto, mais uma vez não quis atender às sugestões de seus ministros econômicos para iniciar por esses ministérios o reordenamento do setor público, a fim de enquadrá-lo dentro de limites suportáveis pela sociedade. Ele preferiu manter os ministérios para usá-los também em barganhas e composições políticas.

É difícil entender o que o presidente Sarney está esperando. Seu governo já está no chão, em completa ruína. Ele não tem a menor base parlamentar de sustentação no Legislativo e está cada vez mais isolado em termos políticos. Será que ainda tem alguma veleidade de influir nas eleições municipais deste ano e na sua sucessão em 1989, mantido o atual quadro sócio-econômico do País? Será que ainda não percebeu que esse pouco mais de ano e meio de governo que tem pela frente será marcado por um abandono e uma solidão cada vez maiores se não conseguir pelo menos encaminhar uma solução para a crise econômica?

É sobre isso que o presidente Sarney precisa meditar urgentemente, antes de conversar com os ministros da Fazenda e do Planejamento sobre o orçamento da União do próximo ano. A nova ordem constitucional que está sendo votada pela Constituinte abre para ele outra excelente oportunidade — e a derradeira — de corrigir as monumentais distorções do Estado brasileiro. Essa oportunidade já foi percebida em todo o seu alcance pelos assessores mais realistas e competentes do presidente — os ministros da Fazenda e do Planejamento.

ele de realizar um de seus sonhos — a Ferrovia Norte-Sul. O poderoso DNER simplesmente deixaria de existir, uma vez que a manutenção das rodovias seria transferida para os estados. Outro assessor político do presidente, o ministro Íris Resende, também sairia enfraquecido com o novo orçamento: o Ministério da Agricultura perderia, entre outros, a Embrater, que possui milhares de funcionários mas exerce as mesmas funções que órgãos similares das secretarias estaduais, num desperdício de recursos inaceitável. Tudo isso, entretanto, rende grandes dividendos eleitorais e garante enorme poder pessoal para burocratas de vários calibres. O que até aqui tem impedido qualquer ação mais drástica para conter o déficit público.

O presidente Sarney está numa encruzilhada. Cabe a ele decidir como sairá do Palácio do Planalto ao término de seu governo: se pela porta dos fundos, como seu antecessor, ou se como um homem que tem um lugar na História do Brasil, como Campos Sales, por ter tido a coragem de enfrentar a impopularidade para encaminhar o País em direção ao século XXI, rico e democrático.

Como a Constituinte redistribui as receitas oficiais em detrimento da União e em favor dos estados e municípios — o governo federal perde no mínimo 17% de suas receitas — eles estão preparando um orçamento com déficit zero, em que propõem um verdadeiro desmonte da máquina estatal federal. Com a transferência de obrigações da União para estados e municípios, mais de mil programas — já se falou em dois mil — comandados por Brasília poderão ser extintos. Órgãos que não fazem outra coisa a não ser gigolar verbas — recebem e transferem para governadores e prefeitos, num passeio com o dinheiro oneroso e que é um convite à corrupção e ao apadrinhamento político — perderão qualquer sentido. Técnicos do Ministério do Planejamento calculam que só com isso será possível economizar cerca de 1,2 trilhão de cruzados a valores de hoje.

O temor dos ministros da Fazenda e do Planejamento e dos técnicos que trabalham na Operação Desmonte é que os interesses político-eleitorais e a força da tecnoburocracia acabem prevalecendo e impedindo a aplicação do orçamento como está sendo preparado. Realmente, os interesses contrariados são imensuráveis. De cara, a eliminação dos programas de repasses de verbas atingiria cerca de 100 mil funcionários, que simplesmente ficariam sem ter o que fazer. E o presidente Sarney já demonstrou, mais de uma vez, que não gosta de mexer nesse vespeiro. Apesar de contar com mais de 300 mil ociosos nos serviços públicos, de março de 85 e junho deste ano o governo federal, segundo comprovação do Tribunal de Contas da União, contratou 140 mil novos empregados. Um exemplo dessa postura "nova-republicana" é o do BNH: o banco foi extinto há mais de um ano mas até o momento nenhum dos seus oito mil funcionários deixou o serviço público.

Além disso, a Operação Desmonte atinge alguns dos amigos mais caros ao presidente. Ficariam praticamente sem função, por exemplo, os Ministérios do Interior e da Habitação e Desenvolvimento Urbano, onde estão os deputados João Alves e Prisco Viana, dois dos operadores políticos de Sarney e baluartes na luta pelo mandato de cinco anos. Ela aplicaria um golpe mortal ainda no Ministério dos Transportes, onde está um dos mais diletos amigos de Sarney, o engenheiro José Reynaldo Tavares, encarregado por